

As mais belas poesias patrióticas e de exaltação ao Brasil: inventando uma nação

Márcia Rios da Silva*

Resumo:

Neste artigo, propõe-se uma análise da antologia de poemas intitulada *As mais belas poesias patrióticas e de exaltação ao Brasil*, organizada por Frederico dos Reis Coutinho. Publicada nos anos 1950, essa coletânea apresenta-se como uma interpretação do País, sustentada nos valores da cultura dominante. A antologia apresenta um relato de identidade homogeneizador, representativo de uma etnicidade fictícia, conforme proposição de Etienne Balibar, instituída pelos Estados nacionais modernos no processo de nacionalização das formações sociais.

Palavras-chave:

Literatura brasileira, identidade, nação

Abstract:

This paper analyzes the poem anthology entitled *The most beautiful patriotic poems exalting Brazil: inventing a nation* organized by Frederico dos Reis Coutinho. Published in the 50s, this collection presents itself as an interpretation of the country grounded on the values of the dominant culture. The anthology is a report of homogenized identity, which is a representation of fictitious ethnicity, according to Etienne Balibar's proposition, established by modern national States in the process of nationalization of social formation.

Keywords:

Brazilian literature – identity – nation

As mais belas poesias patrióticas e de exaltação ao Brasil, antologia organizada por Frederico dos Reis Coutinho, publicada nos anos 1950, traz um projeto de interpretação e “educação do país” colado a uma noção estreita de “literatura nacional”, constituindo-se em um relato de identidade sintonizado com a história oficial, entendida aqui como uma versão do país produzida por suas elites. Seguramente, essa publicação responde à função disciplinadora, portanto ideológica, que se atribuiu à literatura brasileira no oitocentos e até metade do século XX, a saber, atender ao projeto das classes dominantes do país, conforme Roberto Reis (1998). Como prática cultural – e escrita altamente valorizada, no dizer de Terry Eagleton (2003) –, a literatura nem sempre constitui-se em força transgressora, podendo assumir, nesse caso por exemplo, um papel conformador relevante na formação das identidades nacionais.

Nessa antologia, Frederico dos Reis Coutinho (1954) constitui um cânone literário nacional com “pérolas” da poesia brasileira, cerzido exclusivamente por uma visão

essencialista de nação. São 140 peças extraídas de obras literárias de autores diversos, todos do sexo masculino, diga-se de passagem, desde os poetas “menores” (inclusos, sem dúvida, pela “nobreza” do tema) aos “grandes” autores, cobrindo, numa ânsia de completude, um longo período, dos primórdios da colonização à década de 50 do século XX.¹

Para a construção desse relato de identidade, o autor elege alguns símbolos nacionais, organizando o livro com as seguintes seções: 1) **A pátria e a bandeira**, 2) **A raça e a natureza**, 3) **Os vultos ilustres e páginas da história brasileira** e 4) **Diversas, hinos e canções**. Com tais signos, pretende-se narrar uma identidade que não se deixa contaminar nem movimentar-se pelo contato com práticas culturais e simbólicas transgressoras de fronteiras e valores sedimentados.

Na antologia de Coutinho, o “povo”, considerado a raça brasileira, emerge como uma construção altamente significativa da história do País, numa moldura semelhante à pensada por Etienne Balibar (1988) em seu estudo acerca da formação dos Estados nacionais modernos. Segundo esse autor francês, com a nacionalização das formações sociais, as populações são submetidas a um processo designado de “etnicidade fictícia” – uma comunidade instituída pelo Estado nacional, construção discursiva que, para manter-se coesa, precisa ser naturalizada. Não se deve, entretanto, concebê-la simplesmente como uma abstração inócua, uma vez que produz efeitos históricos surpreendentes.

Chamo *etnicidade fictícia* a comunidade instituída pelo Estado nacional. É uma expressão voluntariamente complexa, na qual o termo ficção, (...), não deve ser tomado como uma simples ilusão sem efeitos históricos, mas, ao contrário, por analogia com a *persona ficta* da tradição jurídica, no sentido de um efeito institucional, de uma “fabricação”. Nação alguma possui naturalmente uma base étnica, mas, à medida que as formações sociais se nacionalizam, as populações que elas incluem, separam ou dominam são “*etnicizadas*”, isto é, representadas no passado ou no futuro *como se* formassem uma comunidade natural, possuindo por si mesma uma identidade de origem, de cultura, de interesses, que transcende os indivíduos e as condições sociais. (BALIBAR, 1988, p. 130-131).²

* Professora titular da Universidade do Estado da Bahia, com Doutorado em Letras e Linguística pela UFBA, na área de Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens/UNEB.

¹ São esses os poetas: Manuel Botelho de Oliveira, Santa Rita Durão, José Elói Ottoni, José Bonifácio de Andrada e Silva, Domingos José Martins, José da Natividade Saldanha, Evaristo da Veiga, Araújo Porto Alegre, João Salomé Queiroga, D. J. Gonçalves de Magalhães, Dutra e Melo, Gonçalves Dias, Bernardo Guimarães, D. Pedro II, Laurindo Rabelo, José Bonifácio, o Moço, Barão de Paranapiacaba, Félix da Cunha, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Luís Delfino, Casimiro de Abreu, Tobias Barreto, Machado de Assis, Pedro Luís, Vitoriano Palhares, Fagundes Varela, Luís Guimarães Júnior, Melo Moraes, Castro Alves, Luís dos Reis, Alberto de Oliveira, Múcio Teixeira, Raimundo Correia, Afonso Celso, Olavo Bilac, Leôncio Correia, Emílio de Meneses, Guimarães Passos, Medeiros e Albuquerque, Antônio Sales, Alberto Ramos Magalhães de Azeredo, Batista Cepelos, Antônio Reis Carvalho, Phetion de Villar, Miguel Daltro Santos, Brant Horta, Pereira da Silva, Luís Carlos da Fonseca, Osório Duque Estrada, Goulart de Andrade, Menotti Del Picchia, Ildefonso Falcão, Paulo Setúbal, Ronald de Carvalho, Murilo Araújo, Cassiano Ricardo, Ribeiro Couto, Judas Isgorogota, Faustino Nascimento, Moacir de Almeida, Prado Kelly, J. G. de Araújo Jorge, Ari de Andrade.

² Grifos do autor. Tradução da autora.

A etnicidade torna-se imprescindível ao Estado nacional por exercer o controle sobre os indivíduos. Assim sendo, apela-se para o sentimento de pertença à nação, o qual se manifesta através da língua e da raça. Associadas, continua Balibar, produzem a noção de povo como uma unidade absolutamente autônoma, apagando, com isso, os conflitos de classe e de raça, bem como as diferenças sociais e linguísticas.

A formulação de Balibar contribui para o entendimento das forças e valores que movem a preparação de *As mais belas poesias patrióticas e de exaltação ao Brasil*, num momento em que as culturas identitárias e as lealdades de pertencimento começam a ser retraçadas. Como interpretar essa publicação justamente quando a nação brasileira assistia a ostensivas lutas sindicais e camponesas, a um dinamismo social encharcado de forças de direita e da esquerda marxista, enfim, a uma aguda crise política, expondo as contradições e os conflitos decorrentes do Estado populista e nacionalista da Era Vargas?

Como ler as imagens e representações sobre o País, no exemplar de Coutinho, senão como um discurso que pretende suprir carências e responder a um projeto de nacionalidade, em sintonia com uma visão desenvolvimentista de integração nacional nos anos 1950? Na antologia em questão, há um relato de identidade nacional homogeneizador, construção discursiva vigilante das “raízes” e das “essências”, do que se pensava como sendo tipicamente nosso, a “nossa tradição”, pretendendo-se passar como a mais pura verdade.

Por esse entendimento, o poema “Brasileiro, onde está a tua Pátria?”, do poeta modernista Ronald de Carvalho, fecha a possibilidade de outros modos de pertencimento, de relação e identificação com a pátria:

Brasileiro,
se te perguntarem: Onde está a tua Pátria?
responde:
– Minha Pátria está na geografia ideal que os meus Grandes Mortos me gravaram no
coração;
no sangue com que temperaram a minha energia;
na essência misteriosa que transfundiram no meu caráter;
na herança de sacrifício que me transmitiram;
na herança cunhada a fogo;
no ferro, no bronze e no aço das Bandeiras, dos Guararapes, das Minas da
Inconfidência, da Confederação do Equador, do Ipiranga e do Paraguai.

Minha Pátria está na consciência que tenho de sua grandeza moral e nessa lição de ternura que a sua imensidade me oferece, como símbolo perene de tolerância desmedida e infinita generosidade.

Minha Pátria está em ti, minha Mãe! no orgulho comovido com que arrancaste das entranhas do meu ser a mais bela das palavras, o nome supremo: – BRASIL. (p. 69).

A noção de pátria se tece pelo sacrifício dos heróis, “os Grandes Mortos”, os quais se devem reverenciar. Assim, o amor à pátria é um sentimento que vem das “entranhas” e se quer naturalizado: a pátria está no “coração” e no “sangue”, é herança “cunhada a fogo”, posto que significou o sofrimento de alguns brasileiros; portanto, deve-se cultivá-la, preservá-la. Tal sofrimento está cravado, sobretudo, nos monumentos, em materiais tão sólidos e duradouros, como o ferro, o bronze e o aço, para que não se esqueçam os feitos de seus mártires. Nessa “moldura” histórica, ser brasileiro, nacional(ista), torna-se um

imperativo: impõe-se um pacto de pertencimento, pela “ordem e progresso”, ideal plantado pelo positivismo do século XIX, à moda brasileira.

Daí justificar-se a presença de textos de modernistas brasileiros que celebravam o nacionalismo, como expresso pelo grupo da revista *Anta* (do qual participaram Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo etc) – uma versão verde-amarela do país duramente combatida pelo poeta modernista Oswald de Andrade à época. Tal versão está alinhada à perspectiva de nacionalismo do oitocentos, calcado nos valores da tradição, conforme Antônio Prado (1983), em estudo que analisa os posicionamentos ideológicos de “reformistas infiltrados na vanguarda de 22”. Assim, no poema “Sê brasileiro”, de Brant Horta, poeta do século XIX, lê-se o seguinte:

Se perguntarem, filho, onde
É a terra do teu amor,
Cheio de orgulho, responde:
– Sou brasileiro, senhor.

Não digas – Sou sergipano,
Sou paulista ou sou mineiro
Pois serás mais soberano
Dizendo: – Sou brasileiro!

Mais que paulistas, mineiros,
Devemos fazer questão
De ser todos brasileiros
De nascença e coração.

Desfraldemos contra o engodo:
Separatismo, o estandarte,
Pois é melhor ter-se o todo
Que, apenas, dele uma parte.

(...)

E enquanto de sul a norte
Unido for o Brasil,
Será nação grande e forte,
Respeitada, varonil,
(...) (p. 71).

As particularidades regionais, quando exaltadas nos poemas da antologia de Coutinho, não ameaçam a comunidade nacional; ao contrário, constituem riquezas do país enaltecidas dessa comunidade. É uma “nação grande e forte/respeitada e varonil” que se deve amar orgulhosamente.

Na defesa de uma nação homogênea e da lealdade absoluta à pátria, no plano moral, grande parte desses textos poéticos visibiliza uma relação simbiótica entre os brasileiros e o País, anunciada já nos títulos dos poemas, como “O meu lar”, “Minha terra”, “Meu Brasil”, “Minha bandeira” e “Minha pátria”, inibindo a possibilidade de se questionar esse pertencimento. Em tais poemas reitera-se a “visão do paraíso”, por sua exuberância, riqueza

e estado de inocência, o que contrasta escandalosamente com a realidade histórica, a “história efetiva”, no entendimento de Michel Foucault (1979).³

Os habitantes da terra Brasil emergem nos poemas como seres que não vivem, não têm voz nem trabalham. Sem classe nem cor, tampouco possuem vida ordinária; buscam a elevação espiritual, amando o seu país. São naturalizados, assim como a natureza tropical, inserção que cria uma relação metonímica com o território. Os brasileiros tornam-se parte de um todo – a terra, a pátria, a nação, grandes abstrações que apagam a diferença, o múltiplo e o diverso.

Num contraponto a uma visão redutora do nacional, etnocêntrica e mantenedora das dicotomias, tão ao “gosto” da cultura patriarcal, destaque-se aqui a tese de livre-docência de Oswald de Andrade, defendida em 1945 na USP, intitulada “A crise da filosofia messiânica”. Nesse estudo, o poeta, que sempre atacou a esclerose da tradição literária, questiona as idéias salvacionistas, a hegemonia da civilização ocidental – branca e judaico-cristã – e elege o matriarcado de Pindorama como um território imaginário que abriga o heterogêneo, as múltiplas identidades, traço diferencial de uma cultura antropofágica, no caso, a latino-americana.

Marcado pela lógica da exclusão, o patriarcado condena o corpo, o lúdico, o instinto, ao criar suas formas de dominação. A cultura antropofágica emergiria como possibilidade do trânsito entre as diversas práticas culturais, antes recalcadas pelo messianismo, questão que passa ao largo da visão reducionista de identidade nacional naquele momento, inclusive a de Coutinho, legitimadora de velhas articulações históricas.

Em *As mais belas poesias patrióticas e de exaltação ao Brasil*, a pátria ora se apresenta dotada de virilidade, agressividade, uma nação varonil com seu “povo” destemido, ora emerge como mãe: acolhedora, generosa, atributos que reforçam a necessidade do apego, do reconhecimento de signos de identificação, a exemplo do hino nacional, da bandeira brasileira e das datas comemorativas nacionais. A pátria está ainda representada como uma criança, infantilizada, portanto, tentativa de resgatar uma inocência perdida, gesto que assegura, imaginariamente, o controle e aceitação do objeto, a nação, desprovida de conflitos sociais e étnicos, sem crise política ou econômica.

O poema “Cantiga de ninar”, de Guilherme de Almeida, da geração dos modernistas, confirma a vontade de se construir um país sem tensões, ao apresentar a pátria/a nação como uma criança, praticamente inerte, em estado de letargia. A pátria desse poeta dorme embalada e protegida pela natureza:

Dorme.
Minha filha verde, minha criança, minha terra.
Este vento é um braço que balança teu berço.
Dorme.
A noite fecha o cortinado de neblinas brancas.
O bruaá apagado das rãs verdes do charco é o teu berço que range.
Ouve as línguas de prata do rio que plangem,
que plangem cantando...
Dorme.

³ Segundo Foucault (1979), a *história efetiva* flagra os acontecimentos como embate de forças que desautorizam a obsessão pela verdade.

... uma história de fada.
Dorme.
(...)
Minha criança sentimental, amanhã...
Dorme.
... eu te beijarei com o sol
Dorme.
Nanan... (p. 64).

A força desse discurso identitário torna-se inegável: muitas peças da antologia de Coutinho foram divulgadas, durante anos, em livros didáticos, moldando e fertilizando o imaginário nacional, sobretudo em momentos de tensões políticas que colocavam em cheque o nacionalismo. Com o golpe militar de 1964 no País, a poesia patriótica, amplamente disseminada em tais livros, termina por legitimar as aspirações da direita. O circuito dessa produção literária confirma o papel da Escola e da Literatura, vistas como instituições produtoras de relatos de identidade. Fica estabelecido, então, um pacto entre literatura, identidade e escola, lugar onde primeiro se cultiva o “amor à pátria”, leia-se lugar onde se produz/reproduz a pátria/nação. No Prefácio ao livro, Coutinho sinaliza para esse pacto, ao justificar seu projeto:

O amor da pátria é um dos mais fortes motivos inspiradores da alma poética dos povos. Em nossa terra, malgrado a poesia lírica de feição amorosa constituir a nota peculiar da literatura poética, de vez que ela reflete a alma mesma do homem brasileiro, o traço nativista primeiro, nacionalista mais tarde, é flagrante ao longo da evolução literária, dos primórdios a épocas bem próximas.

Num dos poemas da coletânea, “Solau de minha terra”, de Murilo Araújo, confirma-se o papel atribuído à literatura:

A Pátria é um livro - livro colorido com os cromos
que folheamos jubilosos em criança.
É o barro massapê cor de sol, cor de sangue;
É o arroxeadado em flor do maracujá nas tranqueiras,
(...)
É a água nativa rindo, rindo com risadas cristalinas
nos dentes claros da engenhoca e do munjolo...
A Pátria é um livro lindo, alegre e policromo
cuja legenda de ouro entenece e transporta.
Um dia encerrarão
a chorar
nesse tomo
meu coração já assim como uma folha morta... (p. 70).

Nas páginas desse livro-Pátria não se encontra o registro das mudanças econômicas, políticas, sociais e artísticas ocorridas nos anos 1950. Já com o projeto nacionalista de Vargas, o Brasil presencia a discussão sobre a participação do capital estrangeiro aqui, pois atendia a uma burguesia industrial e financeira, o que vem a acontecer de forma efetiva no governo Juscelino Kubitschek, quando o Brasil abre as fronteiras para a entrada do capital internacional. Ainda nessa década, ocorre uma expansão dos bens de consumo e dos meios de comunicação de massa, já demonstrando larga abrangência a imprensa diária e o rádio. Na cena artística e cultural brasileira, assiste-se, cada vez mais e com maior intensidade, à

migração da cultura de massa norte-americana para o território nacional, à chegada do cinema europeu, e um mercado musical começava a se alargar no País.

O diálogo com o estrangeiro, com o que é exterior, firma-se lado a lado com os discursos de autenticidade: a Bossa Nova promove um gancho com o *jazz* nos Estados Unidos. A Poesia Concreta apropria-se da linguagem dos meios de comunicação de massa, e o rádio dissemina, além dos pronunciamentos oficiais dos dirigentes da nação, as produções do cancionário popular, o *rock'n'roll* e o tango. Além de garantir a soberania nacional, o discurso nacionalista torna-se imperioso para o fortalecimento do Estado-burguês, atendendo aos interesses das elites e exercendo um controle sobre as demais classes sociais.

Frente às tensões, torna-se imperativo um sopro de otimismo, o que “emana” d’*As mais belas poesias patrióticas e de exaltação ao Brasil*, sopro das matas virgens do sertão, de uma natureza-cenário exuberante para um país que se quer sem conflitos, apesar deles. Matas que, em verdade, constituem-se em territórios atravessados por relações de poder, exploração de latifúndios e lutas camponesas, o que configura impasses de uma questão agrária. *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto, publicado em 1956, expõe a travessia (messiânica, sem dúvida) do retirante Severino por esse cenário territorializado do Brasil-rural nordestino, com seus resíduos da cultura açucareira, habitado ainda por Jecas Tatus, na visão de Monteiro Lobato, produzida no início do século.

É também uma época em que as lutas sindicais, produtoras (e produto) dos relatos da classe operária, intensificam-se nas fábricas, a reserva do mercado nacional torna-se uma palavra de ordem para o progresso, ordem expressa na bandeira, mortalha dos “vultos ilustres” da coletânea de Coutinho, heróis anônimos com seus corpos distendidos nas páginas dos livros de História. Certamente se produzem, às margens da nação ideal de Coutinho, textos avessos a essa costura acolchoada, os quais expõem o descontentamento em relação à realidade do País. Não se deve esquecer também que o romance dos anos 1930 já dramatizava as tensões sociais decorrentes da construção de um projeto nacional excludente.

As peças expostas na antologia revelam a mais alta erudição da poesia brasileira: as referências à cultura greco-romana transbordam pelas páginas, com sonetos bem lapidados, rimas calibradas e “chaves de ouro”. Interessante é destacar que, tanto na perspectiva do engajamento, exigência feita à arte pelos intelectuais de esquerda, quanto na perspectiva estetizante, o “florilégio” de Coutinho desaponta os guardiães da consciência política e da estética da modernidade, esta marcada por valores como “experimentalismo” e “ruptura” das produções artísticas. A linguagem dessa antologia soa, no conjunto, como estereotipada, aproximando os textos de uma estética *kitsch*, condenada pelos artistas modernos.

Em *As mais belas poesias patrióticas e de exaltação ao Brasil*, tem-se um “museu nacional” impresso, numa visão estática de preservação dos bens de uma cultura, como algo morto. O resultado de tal fatura é uma versão “chapada” e conservadora do nacional, discurso fundado no ideal de integração, de coesão social, pelo “amor” incontestado à pátria. Certamente, essa fábula impõe ao passado colonial valores expressos no ideal de nacionalidade.

Os poemas da antologia legitimam a colonização, ao pôr em destaque o branco, o negro e o índio, a “tríade racial” já consolidada, mas sem conflitos, deixando de considerar a história efetiva das etnias presentes no Brasil da época, a exemplo dos imigrantes europeus, que chegaram já em fins do século XIX. Ao imigrante é apresentado um país com sua natureza intacta, cabendo-lhe desbravá-la, a despeito da franca industrialização no Sudeste, com uma vida urbana ganhando, cada vez mais, nítidos contornos. O poeta modernista Cassiano Ricardo assim acolhe o europeu:

Ó louro imigrante que trazes/ a enxada ao ombro/ e na roupa em remendos/ azuis e amarelos/ o mapa de todas as pátrias! (...) Pois bem! Ó imigrante louro/ o meu país é todo um rútilo tesouro/ nas tuas mãos; toma a enxada/ e vai plantar a semente de ouro/ na terra de esmeralda/ E terás, sobre o solo bravo, aberto em flor,/ a sensação de um descobridor. (p. 140).

Ainda na antologia, a “raça” brasileira é apresentada por uma perspectiva essencialista: é o “povo” irmanado por uma relação de parentesco ampliado. No poema “Raça”, do também modernista Guilherme de Almeida, tem-se uma visão harmoniosa da tríade racial:

Nós. Branco – verde – preto:/ simplicidades – indolências – superstições./ (...) Nós. O clã fazendeiro. Sombra forte de mangueiras pelo chão; recorte nítido de bananeiras pelo ar;/ (...) ladrões de beijo nas esquinas das morenas de jambo/ entre rótulas sob os beirais dos casarões/ (...) Violões nos morros mulatos – maxixes políticos, tosses, pitos e pinga na luz dos candeeiros. (p. 131-3).

A comunidade de raça articula-se à comunidade da língua na configuração da *etnicidade fictícia*, que é, no dizer de Balibar, uma construção simbólica instituída pelo Estado-nação a fim de assegurar a soberania nacional. Ao comporem uma biografia da nação brasileira, narrativa reiteradora que conjuga pulsões de vida e morte (viver pela pátria, morrer pela pátria), os textos selecionados por Frederico dos Reis Coutinho são fios de uma costura que inventa uma nação, embalsamando os seus heróis e os seus feitos históricos.

A nação de Coutinho emerge de uma imagem congelada do país, de um épico que canta um tempo mítico, o passado dos ancestrais, de um Brasil pré-colonial. Até mesmo em poemas que tratam de temas relacionados aos episódios históricos mais próximos à época da publicação da antologia os acontecimentos perdem seu caráter contingencial, são desistoricizados. Em algumas dessas faturas poéticas, os mortos, “voluntários da pátria”, são exumados, procedimento que, no dizer de Benedict Anderson (1996), constitui-se na “confirmação do fratricídio”.⁴ É do poeta baiano Phetion de Villar o poema “Aos mortos pela Pátria”:

Sobe o condor, rasgando as derradeiras gazas;
Abre, em busca do sol, a vasta envergadura,
Aos batráquios deixando a podridão das vasas;
E mais ar, mais espaço impávido procura...

⁴ A “confirmação do fratricídio” se apresenta, segundo Benedict Anderson (1996), na constituição das biografias das nações como uma operação ambivalente: a memória evoca e, ao mesmo tempo, se encarrega de esquecer os momentos mais dolorosos de uma nação. Proceda-se de modo a exaltar os heróis da pátria, lembrando o sacrifício feito por eles. A história oficial sublinha tais mortes, ‘inevitáveis’, para lembrar que devem ser esquecidas.

Vai! Zomba dos tufões, doma a procela escura,
Que dos astros lhe obumbra as palpitantes brasas,
Audaz, sempre a subir desafiando a altura!

Solta um grito de angústia, e fulminando esbarra,
Rodopia, crispando a generosa garra,
Tendo o céu por sepulcro e as nuvens por mortalha!

Ditoso quem da Pátria – envolto na Bandeira, –
Tomba em nome da Lei, de frente sobranceira,
Ao selvagem clamor dos campos de batalha!...
(Suprema Epopéia) (p. 43)

Acompanhando o raciocínio de Anderson, ainda em “Memória e esquecimento”, pode-se afirmar que o sopro de otimismo trazido por Coutinho constitui-se em uma “narrativa salteada”, ao reter em sua moldura apenas aquilo que deve ser lembrado como interessante à manufatura e à conseqüente manutenção do sentimento nacional. Momentos devem ser “esquecidos” para que outros possam ser “lembrados”, numa operação de recalçamento de forças que poderiam pôr em questionamento as verdades estabelecidas ou as lealdades de pertencimento forjadas pelo ideal patriótico.⁵

Na seção “Advertência” que integra o seu livro, Coutinho assim se pronuncia:

Muito se esforçou o organizador da coletânea no sentido de que a mesma, dentro dos limites impostos por um único volume, resultasse a mais completa possível. (...) Assim, qualquer indicação ou lembrança será recebida como uma colaboração e levada em conta, na medida do possível, em futura edição, caso o favor do público conceda a esta antologia a honra de ser reimpressa.

Em atendimento a esse convite, deixo, numa lógica suplementar, minha colaboração, a letra da canção de Gabriel, o Pensador (1997), “Pátria que me pariu”, texto que traduz um daqueles tantos momentos, eventos anônimos, ‘esquecidos’ por Coutinho na construção do seu relato de identidade nacional:

Uma prostituta chamada Brasil se esqueceu de tomar a pílula e a barriga cresceu/
Um bebê não estava nos planos dessa pobre meretriz de dezessete anos/ [...] Aquele filho era pior que uma lumbriga [...] Não se sabe se foi muito azar ou muita sorte/
Mas nove meses depois foi encontrado, com fome e com frio, abandonado num terreno baldio/
Pátria que me pariu!/ Quem foi a pátria que me pariu?/ A criança é a cara dos pais mas não tem pai nem mãe/ Então qual é a cara da criança?/ A cara do perdão ou da vingança?/ Será a cara do desespero ou da esperança?/ Num futuro melhor, um emprego, um lar.../ Sinal vermelho, Não dá tempo pra sonhar/
Vendendo bala, chiclete.../ Num fecha o vidro que eu num sou pivete/ Eu num vou virar ladrão se você me der um leite, um pão, um videogame e uma televisão/ Uma chuteira e uma camisa do mengão/Pra eu jogar na seleção que nem o

⁵ É interessante destacar, em décadas posteriores, essas reverberações patrióticas – num concerto similar ao de Coutinho – em muitos sambas-enredos do carnaval carioca, os quais constituem também uma resposta positiva a esse ideal de nacional. As letras desses sambas exaltam a grandeza da pátria, a exuberância da natureza dos trópicos, como em “Aquarela brasileira” (Silas de Oliveira, 1975): “Vejam esta maravilha de cenário/ é um episódio relicário, que o artista num sonho genial/ escolheu para este carnaval, e o asfalto como passarela/ será a tela do Brasil em forma de aquarela/ (...) Brasília tem o seu destaque/ na arte, na beleza e arquitetura/ (...) Brasil,/ estas nossas verdes matas,/ cachoeiras e cascatas/ de um colorido sutil/ e este lindo céu de anil/ emolduram aquarela, ô meu Brasil”. Em tais sambas, a referência a signos de modernização do país – o asfalto, a cidade de Brasília – não chega a retirar o país da condição de paraíso terreal. Em canções como “O grande presidente” (Jamelão, 1956) e “História da liberdade no Brasil” (Aurinho da Ilha, 1976), reitera-se a valorização dos feitos patrióticos, como episódios distantes do tempo, um esforço que apaga as imagens ‘inimigas’ de uma determinada visão do “nacional”. Cf. *Sambas enredos de todos os tempos* (cd), BMG/Globo, 1997.

ronaldinho/Vou pra copa, vou pra Europa.../Coitadinho!/ Acorda, moleque!/ Ce num tem futuro!/ Seu time não tem nada a perder/ E o jogo é duro!/ Você num tem defesa, então ataca!/ Pra num sair de maca/ Chega de bancar o babaca!/ "Eu num agüento mais dar murro em ponta de faca/ E tudo que eu tenho é uma faca na mão/ Agora eu quero o queijo./ Cadê? Tô cansado de apanhar./ Agora eu quero bater!"/ Pátria que me pariu/ Quem foi a pátria que me pariu?! Mostra a tua cara, moleque!/ Devia tá na escola/ Mas tá cheirando cola, fumando um beck./ Vendendo brizola e crack./ Nunca joga bola mas tá sempre no ataque/ Pistola na mão, moleque sangue-bom/ É melhor correr porque lá vem o camburão/ É matar ou morrer!/ São quatro contra um!/ (-Eu me rendo!!)/ Bum! Clá! Clá! Bum! Bum! Bum!/ Boi, boi, boi da cara preta/ Pega essa criança com um tiro de escopeta/ Calibre doze, na cara do Brasil/ Idade: Catorze; Estado civil: morto/ Demorou, Mas a sua pátria gentil conseguiu realizar o aborto.

Escrita nos últimos anos do século XX, "Pátria que me pariu" traduz uma realidade produzida pelo Estado-nação, que optou pela manutenção da moldura desenhada por Coutinho, ao negligenciar políticas de desenvolvimento que poderiam evitar conflitos e tensões sociais, gerados em novos contextos de relações – como ilustrados na letra dessa canção –, os quais põem em questionamento a comunidade instituída pelo Estado nacional.

Ainda com Balibar, no contexto de relações globais e de comunicações que extrapolam as fronteiras nacionais, a constituição de uma etnicidade fictícia passa por rearticulações de marcas identitárias, num enfrentamento de forças.

Cada "povo", produto de um processo nacional de etnicização, vê-se obrigado a encontrar seu próprio meio de ultrapassar o exclusivismo ou a ideologia identitária no mundo das comunicações transnacionais e das relações de forças planetárias. Ou mais: cada indivíduo é obrigado a encontrar na transformação do imaginário do seu "povo" os meios de comunicar-se com indivíduos de outros povos que têm os mesmos interesses e, por uma parte, o mesmo futuro que ele. (BALIBAR, 1988, p. 143).

Esse "enfrentamento de forças" inviabiliza, portanto, uma perspectiva fundamentalista na construção das identidades, como a de Coutinho, e rasura os frágeis pergaminhos das nações, textos ávidos de assentamentos e de demarcações definitivas de territórios. Essa é a pátria que me pariu?

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Memoire et oublié*. In: *L'imaginaire national*. Paris: Découverte, 1996.

ANDRADE, Oswald. A crise da filosofia messiânica. In: *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 1990. (Obras Completas).

BALIBAR, Etienne. La forme nation: histoire et ideologie. In: *Race, nation, classe*. Paris: Découverte, 1988.

COUTINHO, Frederico dos Reis. (sel.). *As mais belas poesias patrióticas e de exaltação ao Brasil*. 2a. edição. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi, 1954.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *A microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Gabriel, o Pensador/André Gomes. CD-rom. *Quebra-cabeça*. Sony Music. 758.344/2 488302. 1997.

MELO NETO, João Cabral. *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

REIS, Roberto. (Re)lendo a história. *Discurso histórico e narrativa literária*. In: LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra. (orgs.). Campinas: UNICAMP, 1998. (Momento).

PRADO, Antônio Arnoni. *1922-itinerário de uma falsa vanguarda; os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Vãos).

Sambas enredos de todos os tempos (cd), BMG/Globo, 1997.